

XX

Título : As descendências de filho único e o *childlessness* na coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968

Andréia Maciel

Universidade de Évora, CIDEHUS.UÉ, amaci@uevora.pt

Rita Brazão Freitas

Universidade de Évora, CIDEHUS.UÉ, rfreitas@uevora.pt

Maria Filomena Mendes

Universidade de Évora, CIDEHUS.UÉ, mmendes@uevora.pt

Abstract: Portuguese society is currently living in a very low fertility context. In a scenario where there is a continuous postponement of parenthood projects, it becomes crucial to verify to what extent the delayed entry into motherhood can influence the final fertility of individuals. In this paper, we intend to analyze the final fertility of a cohort of women born between 1964 and 1968 that were ending their reproductive lives in 2013.

Sumário: A sociedade portuguesa atualmente experimenta um contexto de muito baixa fecundidade. Num cenário em que se verifica um contínuo adiamento da entrada na parentalidade torna-se de fundamental importância verificar em que medida o adiamento da entrada na maternidade pode influenciar a fecundidade final dos indivíduos. Neste trabalho pretende-se explorar a fecundidade final de uma coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968 que estavam a encerrar o seu percurso reprodutivo em 2013.

Palavras-chave: Adiamento, fecundidade, filhos, mulheres

1. A fecundidade das mulheres residentes em Portugal

1.1. A evolução da fecundidade portuguesa

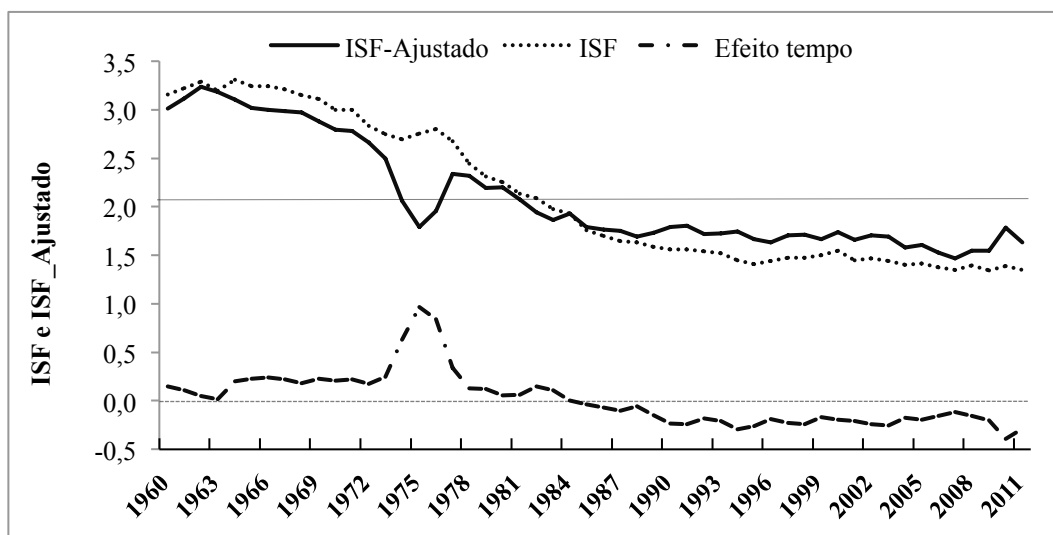
Nos anos mais recentes Portugal vem registando um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo. O país registou em 2013 e 2015, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), respectivamente um índice sintético de fecundidade (ISF) de apenas 1,21 e

1,30 filhos por mulher. Entretanto, apesar do ISF ser, de forma geral, o indicador mais utilizado para mensurar o nível de fecundidade num determinado momento, ele pode fornecer impressões incorretas sobre as tendências da fecundidade em termos do número de nascimentos por mulher (Sobotka, 2004).

Tal ocorre porque o ISF observado em um dado momento tende a ser afetado pelas flutuações provocadas pelas mudanças no calendário reprodutivo (*tempo*), fazendo com que as tendências de adiamento ou rejuvenescimento da fecundidade ocultem as tendências do *quantum* (Bongaarts, 1998, 2002). Regra geral, quando a idade média da fecundidade diminui (rejuvenescimento), o efeito do *tempo* tende a ser positivo, sobrevalorizando o ISF e quando a idade média da fecundidade aumenta (adiamento), o efeito do *tempo* passa a ser negativo, deprimindo o ISF averiguado naquele momento (Bongaarts, 2002).

Para contornar o viés provocado pelo efeito *tempo*, Bongaarts e Feeney propuseram a utilização de uma taxa de fecundidade total ajustada (TFR-adj), que segundo os autores supracitados, pode ser interpretada como uma “estimativa mais precisa da taxa de fecundidade total que seria observada na ausência de mudanças no calendário reprodutivo” (Bongaarts & Feeney, 1998: 275).

Figura 1: Evolução do ISF e do ISF-ajustado, no período 1960-2011 (Portugal)



Fonte: Maciel (2015: 228).

Pela figura 1 observa-se que até 1983, o efeito *tempo* foi positivo e por isso contribuiu para ocultar a redução do *quantum* (ISF observado superior ao ISF-ajustado), indiciando que a

redução da fecundidade ocorrida até então, foi tributária essencialmente da redução do *quantum* como preconiza as fases da Segunda Transição Demográfica (Maciel, 2015).

Partindo do princípio que as mudanças no calendário reprodutivo podem dissimular as tendências do *quantum* e que o adiamento da fecundidade tem sido referido como uma das principais causas das baixas taxas de fecundidade atualmente verificadas, torna-se de fundamental importância analisar a fecundidade ao termo do período reprodutivo e portanto, isenta das distorções provocadas pelo efeito *tempo* (Bongaarts & Sobotka, 2012).

Para este exercício pretende-se analisar a fecundidade de uma coorte de mulheres que em 2013 tinha idades entre os 45 e os 49 anos (nascidas entre 1964 e 1968) e que (praticamente) já haviam findado o seu período reprodutivo, já que a extrema maioria (97,5%), segundo os dados do Inquérito à Fecundidade Portuguesa (IFEC2013) - realizado no âmbito de um protocolo celebrado entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e o INE - não demonstrava intenções de ainda ter filhos.

Como se trata de uma amostra complexa, para uma maior precisão dos resultados todas análises foram realizadas com o uso do ponderador fornecido pelo INE, uma vez que tais ponderadores permitem uma aproximação da amostra com suas reais proporções na população. Desta forma, após a inclusão do ponderador, a amostra de mulheres com idades entre os 45 e os 49 anos computou 373.797 observações.

1.2. O *childlessness* na coorte de mulheres residentes em Portugal, nascidas entre 1964 e 1968

Como exercício inicial na análise da fecundidade das mulheres residentes em Portugal e que estavam a findar o seu período reprodutivo em 2013, começamos por destacar que a maternidade integra o percurso da extrema maioria das mulheres desta coorte (tabela 1).a existência de mulheres sem filhos (*childlessness* ou infecundidade), de mulheres com descendências de filhos únicos, das descendências do modelo normativo de dois filhos e das descendências “alargadas”, ou seja com três ou mais filhos. Como primeira ilação, constatamos que a maternidade integra o percurso da extrema maioria das mulheres desta coorte (tabela 1).

Tabela 1: Ordens de paridade da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968 para o ano de 2013 (Portugal)

Observações	Ordens de paridade				Total
	0 filhos	1 filho	2 filhos	3 ou+ filhos	
(N)	45.994	114.708	165.411	47.684	373.797
%	12,3	30,7	44,2	12,8	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Embora as descendências do modelo normativo de dois filhos sejam a situação mais comum entre elas, verifica-se que 1/3 destas tiveram descendências únicas. Sem embargo da elevada taxa de transição (87,7%) para a maternidade, uma fração considerável (12,3%) não experienciou e nem pretende experienciar a maternidade, sendo que a percentagem de mulheres nesta condição é próxima daquelas que tiveram descendências mais alargadas (12,8%).

As proporções analisadas na tabela 1 corroboram as estimativas da Human Fertility Database (<http://www.humanfertility.org/>) referidas por Oliveira (2012) para o ano de 2009, onde se aponta para que cerca 14% das mulheres chegariam ao termo de sua vida reprodutiva sem ter experienciado a maternidade e apenas 44% conseguiriam ter um segundo nascimento.

Ainda que a proporção de mulheres infecundas residentes em Portugal (12,3%) esteja distante das elevadas proporções apresentadas em muitos outros países europeus (Frejka, 2008; Oliveira, 2012), importa interrogarmo-nos sobre quais são as mulheres que tinham como decisão não vivenciar o projeto de maternidade, ou seja, aquelas que reportaram não ter desejado filhos ao longo da vida e, quais aquelas que poderão ter abandonado os seus projetos parentais (desejou ter um mais filhos).

Tabela 2: Distribuição percentual da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, sem filhos em 2013, segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida (Portugal)

Desejou ter filhos							
Sim					Não	Não pode ter filhos	Total
	E tenciona tê-los	Não tenciona tê-los	Indecisas sobre tê-los	(subtotal)			
(N)	888	18.425	1.420	(20.733)	15.784	9.477	45.994
%	1,9%	40,1%	3,1%	(45,1%)	34,3%	20,6%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Cerca de 1/5 destas mulheres sem filhos reportaram não poder tê-los (infecundidade por condição), ao passo que pouco mais de 1/3 relatou não ter desejado filhos ao longo da sua vida reprodutiva (infecundidade por escolha), conquanto os projetos de maternidade chegaram a

fazer parte de 45,1% destas mulheres, sendo que 40,1% já desistiu de o concretizar (fecundidade abandonada).

Estes dados permitem-nos apontar que a fecundidade abandonada é responsável por cerca de 40% da infecundidade entre estas mulheres já que do percentual de 12,3% de mulheres sem filhos (tabela 1), apenas 4,2% pretendiam realmente construir um projeto de vida à margem da criança, enquanto 4,9% abandonou o seu projeto de maternidade, sendo que a infecundidade por condição é responsável por cerca de 20% da incidência de infecundidade entre elas (2,5% dos 12,3% verificados na tabela 1). Importante ressaltar que os dados não nos permitem elucidar se o facto de não poder ter filhos foi uma condição que subsistiu durante todo o seu período reprodutivo ou se são outros problemas de saúde que se tornaram impeditivos para a gravidez.

Desta forma, na ausência de fecundidade abandonada, teríamos uma proporção de cerca de apenas 7% de infecundidade entre estas mulheres e não os 12,3% (ou 12% se subtrairmos aquelas que ainda pretendem entrar na maternidade) verificados na tabela 1. Concluimos desta forma, que embora a maternidade continue a ser largamente desejada e alcançada (Cunha, 2012b), a proporção de mulheres que alcançaram o estatuto da maternidade é inferior à daquelas que o desejaram.

1.3. As descendências de filho único na coorte de mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968

Tendo-se constatado que a fecundidade abandonada é em larga medida responsável pelo ausência de filhos entre as mulheres que estavam a concluir o seu período reprodutivo em 2013, entendemos ser de suma importância averiguar se tal situação também ocorria entre aquelas com descendências únicas.

Neste âmbito, entre as mulheres que deverão terminar o seu período reprodutivo com um único filho, a tabela 3 nos permite perceber se esta era a sua fecundidade desejada ao longo da vida ou se trata-se também de uma fecundidade parcialmente renunciada. Assim, a proporção daquelas que desejaram ter dois ou mais filho são longo do seu período reprodutivo mas que não os tiveram e nem tencionam tê-lo, é considerada como “fecundidade abandonada”.

Tabela 3: Distribuição percentual da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, com apenas um filho em 2013, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida (Portugal)

	N (obs.)	%
Desejou ter mais que um filho	Sim e tenciona tê-lo	361
	Sim, mas não tenciona tê-lo	78.078
	Não e não tenciona ter	26.221
Sem dimensão definida e sem intenção	1.007	0,9
Não pode ter mais filhos	9.040	7,9
Total	114.707	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

O desejo por descendências únicas constitui o projeto de apenas cerca de 23% destas mulheres ao passo que a fecundidade renunciada responde por 68% (desejou ter mais que um filho), sendo extremamente reduzida a proporção (0,3%) das que ainda pretendem aumentar a sua fecundidade. Constatam-se assim, que as descendências de filho único decorrem acima de tudo da fecundidade renunciada e não apenas do desejo por descendências únicas.

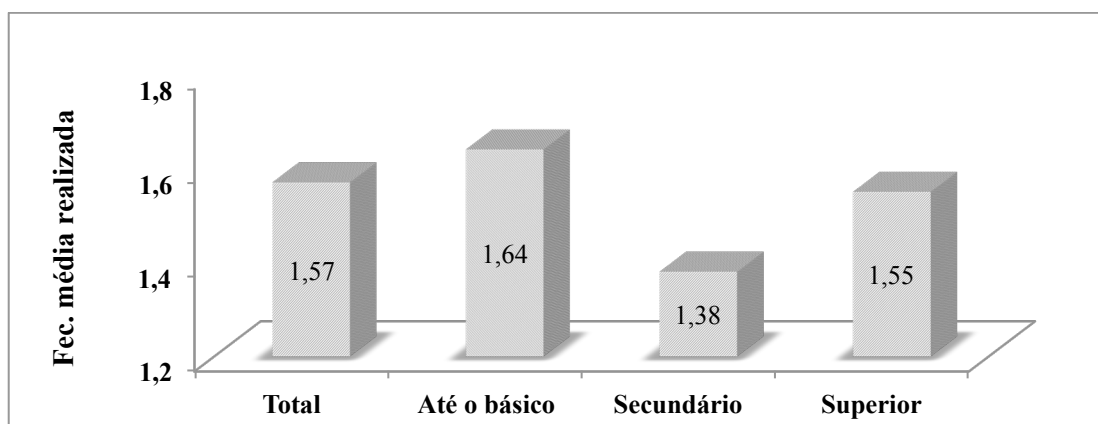
A luz destes resultados, a ausência de filhos para uma proporção considerável destas mulheres, bem como os nascimentos parcialmente renunciados, parecem ser o resultado de sucessivos adiamentos (Morgan, 1991; Weston & Qu, 2001; Merz & Liefbroer, 2010), indiciando que as distorções demográficas provocadas pelo *tempo* (adiamento da fecundidade) têm um impacto considerável nos níveis da fecundidade final das coortes. E ainda, face ao contínuo adiamento da maternidade, já em curso há alguns anos, “o prognóstico para os anos vindouros é o de que o *childlessness*, bem como as descendências de filho único possivelmente deverão aumentar” (Maciel, 2015: 233).

1.4. A idade à entrada na maternidade e diferencial entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada ao longo da vida

Nas análises a seguir pretende-se averiguar se o aumento dos capitais escolares influencia (e de que forma influencia) a fecundidade média realizada. Como o IFEC2013 não disponibiliza informação sobre o nível da escolaridade que os indivíduos possuíam no momento em que transitaram para a parentalidade, vamos assumir que o atual nível de escolaridade destas mulheres seja o mesmo que elas tinham quando entraram na maternidade.

Assim, admitindo que o atual nível de escolaridade destas mulheres seja o mesmo que tinham na altura de sua transição para a maternidade, constatámos que são as mulheres com o ensino secundário que registam a menor fecundidade média realizada, ao passo que as mulheres com ensino básico revelam uma mais elevada fecundidade média. Verifica-se assim um padrão reprodutivo em forma de “U” (uma fecundidade mais elevada no ensino básico e superior), conforme os diferentes níveis de escolaridade.

Figura 2: Fecundidade média realizada pela coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968 (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: os respetivos desvios padrão para as médias do total das mulheres com ensino básico, ensino secundário e superior são: 0,86; 0,87; 0,82 e 0,84.

Este padrão em forma de “U” não parece ser uma singularidade portuguesa, já que Adsera (2006), constatou este mesmo padrão reprodutivo em Espanha. Adicionalmente, como frisou Maciel (2015), esta parece ser uma tendência que se vem mantendo ao longo das últimas duas décadas pelo menos, uma vez que Bongaarts (2003), também já havia assinalado para a existência deste padrão em forma de “U” em Portugal.

De acordo com Bongaarts (2003), no ano de 2000, entre as mulheres residentes em Portugal, nesta mesma faixa etária, a sua fecundidade média apresentava o valor de 2,2 filhos para aquelas com o ensino básico, 1,5 filhos entre as que tinham o ensino secundário e, 1,7 filhos para aquelas com o ensino superior. Contrastando os valores apresentados por Bongaarts (2003), com aqueles verificados na figura 2, constatámos um acentuado declínio da fecundidade média nomeadamente entre as mulheres com ensino básico, cuja fecundidade média decresceu de 2,2 filhos em 2000 para 1,6 filhos em 2013.

Embora a fecundidade média destas mulheres (1,57 filhos) ainda esteja bastante abaixo do limiar mínimo necessário para garantir a renovação das gerações, que nas atuais circunstâncias de mortalidade dos países europeus é de 2,1 filhos mulher, seus valores entretanto são bastante superiores ao valor do ISF para o ano de 2013 que se cifrou no valor de apenas 1,21 filhos por mulher. Desta forma, tal como apontaram Bongaarts (1998), Bongaarts & Feeney (1998) e Mendes (2012), podemos concluir que a fecundidade final por coorte não é tão baixa como insinua o ISF de momento.

Entretanto, precisamos questionar se a fecundidade concluída por estas mulheres condiz com a fecundidade desejada ao longo do seu percurso reprodutivo e se o aumento dos capitais escolares influencia (e de que forma influencia) o cumprimento de seus planos reprodutivos e o desejo por uma família mais reduzida ou mais extensa.

Tabela 4: Distribuição percentual da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida e o diferencial entre fecundidade realizada e fecundidade desejada, por nível de escolaridade (Portugal, 2013)

		Até o básico (%)	Secundário (%)	Superior (%)	Total (%)
Fecundidade desejada ao longo da vida	Nenhum filho	5,5	6,5	5,7	5,7
	1 filho	13,0	10,5	6,6	11,3
	2 filhos	49,4	53,1	35,6	47,7
	3 ou+ filhos	32,1	29,9	52,1	35,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Diferencial entre fecundidade realizada e desejada	Realizada inferior à desejada	48,7	56,6	60,2	52,5
	Realizada igual à desejada	41,9	41,8	35,9	40,7
	Realizada superior à desejada	9,4	1,7	3,9	6,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

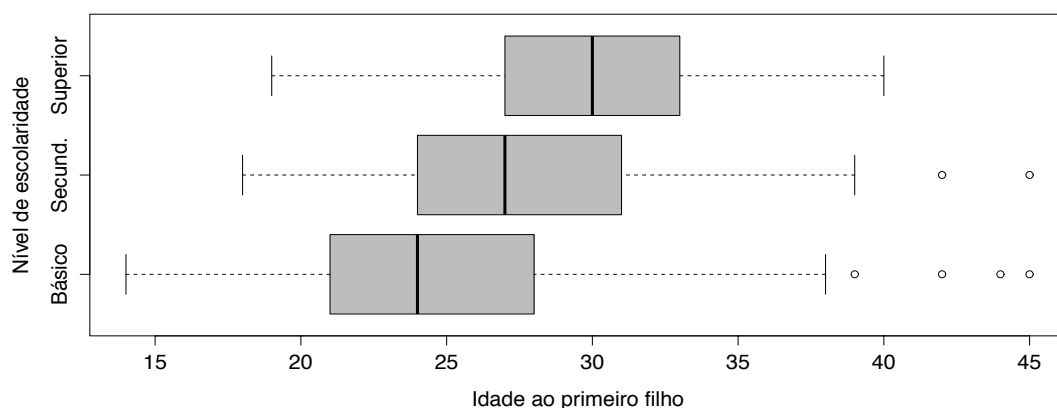
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Observa-se que o desejo por uma família mais extensa é mais evidente entre as mulheres com ensino superior, e o desejo pelas descendências únicas tende a ser mais acentuado entre as mulheres com ensino básico, desmistificando assim, a noção que associa mais elevados capitais escolares com o desejo por famílias mais restritas ou por estilos de vida menos voltado para a família (Cunha, 2005; Heiland *et al.*, 2005; Maciel, 2015), já que são as mulheres com ensino superior aquelas que apresentam o desejo por uma família mais alargada. E parece ser justamente esta meta reprodutiva mais ambiciosa que determina que sejam elas as mais afetadas pelo diferencial entre fecundidade média desejada e fecundidade média realizada (60,2%). Desta forma, tal como argumentaram Testa (2007) e Morgan e Rackin (2010), metas reprodutivas mais ambiciosas são mais suscetíveis de não serem alcançadas.

Importante ainda ressaltar o elevado desejo pelo estatuto da maternidade entre estas mulheres. Apesar de 12,3% (tabela 1) não ter experienciado a maternidade, apenas 5,7% revela ter colocado de parte o projeto parental. De igual forma, embora as descendências de filho único integrem a realidade de cerca de 31% destas mulheres (ver tabela 1), apenas 11,3% (tabela 4) reportou esta preferência.

Ainda que a fecundidade desejada ao longo da vida seja uma medida muito próxima da dimensão ideal familiar, e por isso, uma fecundidade a ser concretizada possivelmente na ausência de restrições (Maciel, 2015), é bastante elevado o percentual de mulheres cuja fecundidade realizada é inferior a desejada (52,5%). Desta maneira, ao que tudo sugere, a fecundidade desejada ao longo da vida, assim como os ideais reprodutivos podem ser constantemente reavaliados e reajustados em função das conjunturas que os condicionam (Morgan, 1991; Qu *et al.*, 2000; Livi-Bacci 2001; McDonald, 2008).

Figura 3: Distribuição da idade das mulheres (45 a 49 anos) ao nascimento do primeiro filho, segundo o nível (atual) de escolaridade, Portugal, 2013



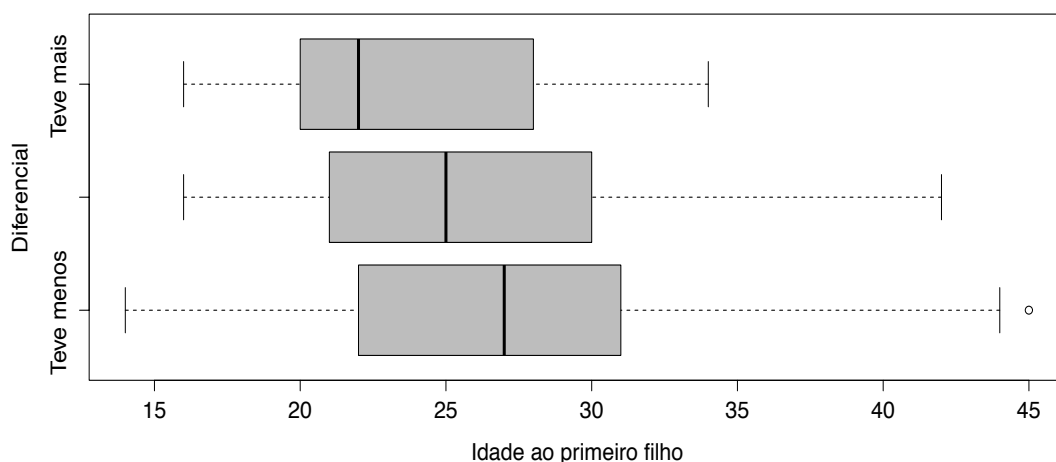
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). A idade média e respetivos desvios padrão da entrada na maternidade são: 24,6 (5,29) para o ensino básico; 27,2 (5,16) para o secundário; e 30,2 (4,22) para o ensino superior.

Novamente, assumindo-se que o atual nível de escolaridade desta coorte de mulheres seja igual ao que possuíam quando entraram na maternidade, a figura 3 revela a existência de uma forte relação entre a idade à entrada na maternidade e o nível de escolaridade, sendo que quanto maior for o nível de escolaridade, mais tardia tende a ser a idade em que tiveram o seu primeiro filho, corroborando-se o argumento de que o aumento do nível de educação, regra

geral, implica um maior adiamento dos projetos de fecundidade (Adsera, 2006; Sobotka, 2008; Spéder & Kapitány, 2009; Mills *et al.*, 2011; Cunha, 2012a).

Metade das mulheres com mais baixos capitais escolares se tornaram mães antes dos 24 anos, sendo o nascimento de seu primeiro filho em média aos 24,6 anos (figura 3). No ensino secundário a idade média com que tiveram seu primeiro filho foi de cerca de 27 anos. Já o ensino superior é marcado por uma transição bastante mais tardia, já que o nascimento do primeiro filho ocorreu em média aos 30 anos de idade sendo esta também a idade mediana, o que significa que metade das mulheres com ensino superior se tornaram mães a partir dos 30 anos de idade enquanto no ensino secundário, metade fizeram-no depois dos 27 anos de idade. Adicionalmente, observa-se que a transição para a maternidade em idades iguais ou superiores aos 40 anos é um acontecimento bastante invulgar.

Figura 4: Distribuição da idade das mulheres (45 a 49 anos) ao nascimento do primeiro filho, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada ao longo da vida e a fecundidade concluída, Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para quem teve mais, teve igual e teve menos filhos são respetivamente: 23,5 (5,0); 25,4 (5,23); e 27,0 (5,65).

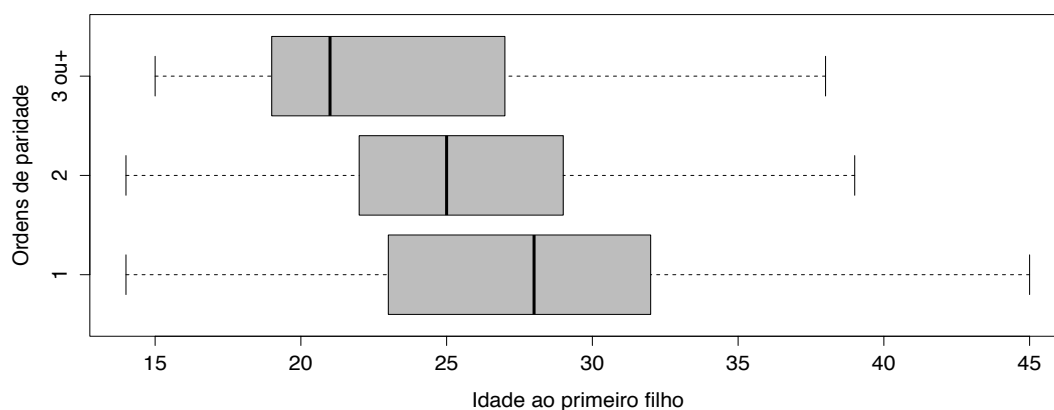
Apesar da fecundidade final das coortes ser mais elevada que o ISF, o efeito do contínuo adiamento sugere ter um impacto substancial nos níveis de fecundidade e na concretização dos planos reprodutivos. A figura 4, que analisa o diferencial entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada segundo os diferentes níveis de escolaridade, demonstra que é entre as

mulheres que tiveram menos filhos do que haviam desejado onde as idades média e mediana ao nascimento do primeiro filho são mais elevadas.

A idade média ao primeiro filho entre as mulheres que tiveram menos filhos do que aqueles desejados ao longo da vida reprodutiva foi aos 27 anos, enquanto entre as que conseguiram atingir suas metas reprodutivas, ou seja, que teve o número de filhos que haviam desejado (teve igual, conforme a figura 4), esta idade foi de 25,4 anos. Já entre aquelas que transpuseram suas metas (teve mais), metade delas tiveram seu primeiro filho antes dos 22 anos de idade, sendo a idade média ao nascimento deste de 23,5 anos.

De forma semelhante, a figura 5 procura perceber em que medida a fecundidade desta coorte de mulheres poderá ter sido influenciada pela sua idade à entrada na maternidade. Considerando as diferentes ordens de paridade procuramos identificar em que medida as mulheres com um maior número de filhos poderiam ter antecipado o nascimento deste em relação àquelas com um menor número de filhos, a partir da consideração das idades médias e medianas da entrada na maternidade.

Figura 5: Distribuição da idade das mulheres (45 a 49 anos) ao nascimento do primeiro filho, segundo as ordens de paridade (1,2, 3 ou mais), Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para as paridades um filho, dois filhos e três ou mais filhos são respetivamente: 28,3 (5,98); 25,6 (4,81) e 22,9 (4,73).

Observa-se que entre as mulheres com filhos únicos, o nascimento deste ocorreu, em média, cerca de 5,4 anos mais tardiamente do que àquelas que tiveram três ou mais filhos (figura 5). Metade das mulheres com descendências mais alargadas tiveram o seu primeiro filho até aos

21 anos de idade, enquanto aquelas com dois filhos metade o teve até os 25 anos e, as que têm descendências únicas, metade o teve a partir dos 28 anos.

Existe uma relação negativa entre as ordens de paridade e a idade em que se deu o nascimento do primeiro filho. Quanto mais tardia se deu a transição para a maternidade, menor tende a ser a fecundidade realizada (ordem de paridade) nesta coorte de mulheres, corroborando-se estudos de diversos autores (i.e., [Barber, 2001](#); [Adsera, 2006](#); Frejka & Sobotka, 2008; McDonald, 2008; Billari & Kohler, 2009; Aassve *et al.*, 2012; Buber *et al.*, 2012, entre outros). Tais resultados permitem-nos concluir que o contínuo adiamento da fecundidade influencia não somente o ISF de momento (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe, 2010; Sobotka, 2008) mas também a fecundidade final das coortes e o incumprimento das metas reprodutivas.

Como síntese, podemos concluir que apesar da maternidade integrar o percurso da extrema maioria das mulheres desta coorte, a proporção de mulheres que alcançaram o estatuto da maternidade é inferior à daquelas que o desejaram. De igual forma, também concluimos que entre aquelas que devem findar sua vida reprodutiva com apenas um filho, este nem sempre foi seu desejo inicial. Na verdade, grande parte desta coorte de mulheres reportou uma fecundidade realizada inferior à desejada.

Tais resultados sugerem que a tanto a ausência de filhos como as descendências mais restritas podem ser o resultado de consecutivos adiamentos, pois é nomeadamente entre as mulheres com descendências únicas ou com uma fecundidade aquém da desejada onde se observa uma idade mais tardia na transição para a maternidade. Desta forma, concluimos que o contínuo adiamento da fecundidade para idades mais tardias influencia não somente o ISF de momento (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe, 2010; Sobotka, 2008) mas também a fecundidade final das coortes e o incumprimento das metas reprodutivas.

Referências

- Aassve, A., Goisis, A., Sironi, M. (2012). Happiness and childbearing across Europe. *Social Indicators Research*, 108(1), 65-86.
- Adsera, A. (2006). Marital fertility and religion in Spain, 1985 and 1999. *Population Studies*, 60(2), 205-221.

Barber, J. S. (2001). Ideational influences on the transition to parenthood: attitudes towards childbearing and competing alternatives. *Social Psychology Quarterly*, 64(2), 101–127.

Billari, F. C., Kohler, H-P. (2009). *Fertility and happiness in the XXI century: institutions, preferences, and their interactions. Paper presented at the XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakesh, Morocco, September 27– October 2.* (Acedido em 12 de Dezembro de 2012 em <http://iussp2009.princeton.edu/papers/93347>)

Bongaarts, J. (1998). *Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies. Population Council Policy Research Division, Working Paper No. 114.* (Acedido em 22 de Fevereiro de 2013 em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.175.8760&rep=rep1&type=pdf>)

Bongaarts, J. (2002). The end of the fertility transition in the developed world. *Population and Development Review*, 28(3), 419–443.

Bongaarts, J. (2003). *Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences. Population Council Policy Research Division, Working Paper 177.* (Acedido em 18 de Outubro de 2013 em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.175.9178>)

Bongaarts, J., Feeney, G. (1998). On the quantum and Tempo of Fertility. *Population and Development Review*, 24(2), 271–91.

Bongaarts, J., Sobotka, T. (2012), A demographic explanation for the recent rise in European fertility. *Population and Development Review*, 38 (1), 83–120.

[Buber, I., Panova, R., Dorbritz, J. \(2012\).](#) *Fertility intentions of highly educated men and women and the rush hour of life. VID Working Papers 8/2012. Vienna Institute of Demography.* (Acedido em 10 de Fevereiro de 2013 em http://www.oew.ac.at/vid/download/WP2012_08.pdf)

Cunha, V. (2005). A Fecundidade das Famílias. In Wall, K. (ed.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 395-464.

Cunha, V. (2012a). “Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade”. In Atas VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações, Porto, 1-11.

Cunha, V. (2012b). “As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade”. In Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal", Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 131-143.

Frejka, T. (2008). Overview Chapter 2: Parity distribution and completed family size in Europe: Incipient decline of the two-child family model? *Demographic Research*, 19(1), 47-72.

Frejka, T., Sobotka, T. (2008). Overview Chapter 1: Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*, 19(1), pp. 15-46.

Heiland, F., Prskawtz, A. & Sanderson, W. C. (2005). Do more educated individuals prefer smaller families. *Vienna institute of demography working papers, WP 03/2005, 1-39*. (Acedido em 27 de Dezembro de 2014 em <http://iussp2005.princeton.edu/papers/51573>)

INE (2013). Inquérito à fecundidade. Documento metodológico. Versão1.0. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*, 36(2), 211-251.

Livi-Bacci, M. (2001). Comment: Desired Family Size and the Future of Fertility. *Population and Development Review*, 27 (supplement), 282-289.

Maciel, A. (2015). Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões. Tese de doutoramento, Évora, Departamento de Sociologia, Universidade de Évora. (Disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/17376>)

McDonald, P. (2008). Very Low Fertility: Consequences, Causes and Policy Approaches. *The Japanese Journal of Population*, 6(1), 19-23.

Mendes, M. F. (2012). "Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política". In Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal". Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional -Casa da Moeda, 91-109.

Merz, E.-M., Liefbroer, A.C. (2010). *Attitudes about voluntary childlessness across Europe: the role of individual and cultural factors. Paper presented at the European Population Conference, Vienna, 1-4 September 2010, Viena, Áustria*. (Acedido em 27 de Dezembro de 2014 em <http://epc2010.princeton.edu/papers/100717>).

Mills, M., Rindfuss, R. R., McDonald, P., Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6), 848-860.

Morgan, S. P. (1991). Late nineteenth- and early twentieth-century childlessness. *American Journal of Sociology*, 97(3), 779-807.

Morgan, S. P., Rackin, H. (2010). The correspondence between fertility intentions and behavior in the United States. *Population and Development Review*, 36(1), 91-118.

Oliveira, I. T. (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento". In Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal, Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 111-128.

Qu, L., Weston, R., Kilmartin, C. (2000). Children? No children? Effect of changing personal relationships on decisions about having children. *Family Matters*, 57, 14-19.

Sobotka, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? *Population and Development Review*, 30(2), 195-220.

Sobotka, T. (2008). The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19(8), 171-224.

[Spéder, Z.](#), [Kapitány, B. K.](#) (2009). How are Time-Dependent Childbearing Intentions Realized? Realization, Postponement, Abandonment, Bringing Forward. *European Journal of Population*, 25(4), 503–523.

Testa, M. R. (2007). Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey. *Vienna Yearbook of Population Research* 2007, 357-379.

Weston, R., Qu, L. (2001). Men's and women's reasons for not having children. *Family matters*, 58, 10-15.